

23 de junho de 2020

Boletim n.68 - Ciências Sociais e coronavírus

No Boletim n.68, *Beatriz Brandão (USP)* nos fala sobre como a escrita de sua pesquisa tomou outros rumos devido à chegada da pandemia de coronavírus e do agravamento da vulnerabilidade da população atendida pelos Centros de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e drogas. Ao mesmo tempo, conta sobre a experiência de educação em saúde, que possibilitou uma auto percepção dessas pessoas atendidas como agentes de conscientização e auxílio a moradores de rua que não acessam o sistema. Já *João Felipe Gonçalves (USP)*, traz uma reflexão sobre as novas e velhas temporalidades evidenciadas pela experiência de quarentena e pelos desafios colocados pela crise sanitária para as populações e governos. Enquanto há temporalidades óbvias e muito ecoadas, a *abundância* do tempo e a *ruptura* da crise, outras são menos evidentes ou percebidas, mas nem por isso novidades na vida social moderna.

Quando a Covid-19 chega aos CAPSad: usuários de drogas, saúde mental e SUS no Rio de Janeiro

Por Beatriz Brandão

Após sete meses de trabalho de campo em quatro Centros de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e drogas (CAPSad) do Rio de Janeiro, comecei a escrever o relatório. A pesquisa revelava a importância da presença dos serviços do SUS nos territórios cariocas, como também as dificuldades de acessos dos usuários, da continuidade do tratamento e das rotinas profissionais. Embora muitos espaços contassem com a presença de uma rede de atenção e cuidado psicossocial, muitas lacunas eram vistas, principalmente no sentido da expansão de equipamentos e dispositivos para a atuação. Durante o tempo que me distanciava da última ida ao campo e a redação do relatório de pesquisa, chegou ao Brasil uma pandemia devido ao contágio pela Covid-19.

A chegada do coronavírus agravou todos esses problemas do SUS, ou melhor, deixou ainda mais exposta uma crise endêmica. Houve uma notória exposição da exclusão dos usuários de drogas, mais uma vez, do sistema de saúde pública, moradia, saneamento. A pandemia acarretou muitas mudanças, pois todo o cenário que descrevia sobre funcionamentos e rotinas já era, irremediavelmente, outro. Durante a pesquisa, presenciei cotidianos esgarçados pela crise da saúde em 2019, que os atores do campo nomearam como a pior crise na saúde nos últimos 10 anos¹. Porém, o momento presente (com a pandemia) era diferente de todos os conflitos que estavam *habitados* a vivenciar.

1

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/17/entenda-a-crise-da-saude-no-rio-e-a-suspensao-dos-pagamentos.ghtml/>

Em 17/03/2020 o Rio de Janeiro entrava, oficialmente, em estado de emergência por meio do decreto do governo do estado². Os sistemas de saúde do mundo inteiro se tornaram os principais alvos e soluções para conter a epidemia alastrante. No Brasil, o SUS serve como braço principal de estratégia e ação; entretanto, encontra um sistema já em crise³. Contudo, as conhecidas crises políticas num cenário visível por sua precariedade não conheciam ainda uma crise sanitária como a da Covid-19.



Ação de ‘Educação em Saúde’ com a população em situação de rua. Foto: Rodrigo Pereira.

Não havia como continuar meu fluxo de escrita da mesma forma com as notícias diárias que recebia por mensagens de celular sobre o novo cotidiano de trabalho nos CAPSad. A falta de informações precisas levava pacientes a dizer que a indicação de saúde era a de tomar banho com álcool e trocar o *shampoo* por álcool em gel. Em um dia pacientes usaram todos os litros reservados para a semana devido ao desespero de se verem tão vulneráveis frente à doença. Diariamente me chegavam notícias de contágio e algumas mortes de usuários das cenas de uso de crack e de profissionais, o que aumentava a demanda dos que estavam em situação de rua ao disputarem acolhimento nos CAPSad.

Entre os serviços e dispositivos do SUS, a população atendida pelos CAPSad é uma das mais vulneráveis diante de uma pandemia que pede isolamento, distanciamento social, água, sabão e álcool em gel como principais formas de evitar o

² Decreto n° 46.973/2020.

³<https://www.ims.uerj.br/2020/03/25/reinaldo-guimaraes-ressalta-importancia-atuacao-do-sus-na-epidemia-da-covid-19/>

contágio. Para onde se encaminha um usuário do serviço, em situação de rua e que sofra contágio por Covid-19 e não seja indicado à internação, mas ao isolamento? No caso, se os sintomas estiverem agravados, poderá recorrer ao hospital. Mas, e em situações preventivas, como se dá o chamado isolamento? Para essa população não está sendo oferecida a possibilidade de se prevenir; assim, não são reconhecidos num dos pilares do SUS, o da prevenção como modelo de cuidado. Em entrevista, o diretor de um CAPSad na zona norte do Rio de Janeiro afirma que:

Essa epidemia mostra o fato de que não é ofertado o SUS, enquanto prevenção, para esses usuários. Isso, obviamente, não está numa suposta deficiência do SUS. Mas porque a essas populações não são ofertadas políticas sociais, como moradia. É aí, numa situação como essa de pandemia, o SUS - com seu nível de assistência, como a prevenção - não consegue ser para todos. Porque há aqueles que não chegam a ter condições mínimas de cidadania para acessar a prevenção. É por isso que precisa urgentemente estabelecer uma política intersetorial com essa população, que envolva habitação, geração de renda, etc. Porque será sempre assim, se não mudarmos a forma de fazer política.

Mesmo diante da tensão do momento, pouca coisa foi produzida e divulgada sobre a situação da saúde mental e o cuidado com usuários de drogas no Rio de Janeiro. Ou mesmo de que modo, quais as apostas políticas, como os CAPSad estavam manejando o tratamento e a atenção com os usuários de substâncias psicoativas e pessoas em situação de rua. A divulgação não veio, também, devido à necessidade de se domesticar o caos instaurado em toda uma rede que inflava desde a atenção básica em saúde, até a atenção psicossocial estratégica. A escrita do relatório de pesquisa foi marcada pelas minhas conversas com gestores dos CAPSad, que me traziam uma preocupação nova com o número cada vez menor de profissionais nas unidades e o aumento dos infectados; inclusive eles se punham em dúvida com suas respectivas saúde todos os dias.

No entanto, a crise trouxe, também, perspectivas para se pôr em prática uma das diretrizes da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas⁴: a autonomia do usuário. Durante um mês, os profissionais trabalharam *educação em saúde* no interior dos CAPSad, onde sequer alguns pacientes sabiam o que era álcool em gel e sua função. Após esse tempo, os usuários chamaram os funcionários para uma conversa em grupo. Disseram que não fazia mais sentido eles serem cuidados enquanto seus companheiros morreriam nas ruas. Pediram que, ao invés de jantar no CAPSad, remanejassem o jantar e com o excedente de refeições iriam para a rua, junto com a equipe, distribuí-lo aos que não conseguem chegar ao serviço de saúde. “Quando

⁴ Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas (BRASIL, 2003). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf.

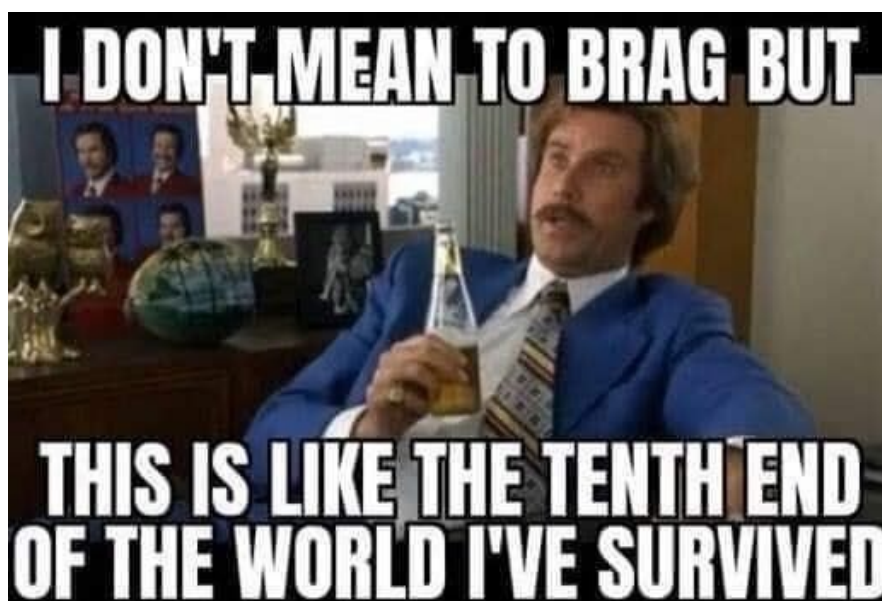
apostamos em conversar sobre o que é álcool em gel, se produziu mais do que a gente esperava. Acho que transformou algo para sempre no CAPS”, comentou o diretor do CAPSad.

A crise do coronavírus chegou impossibilitando o SUS e visibilizando ainda mais crises estruturais, ao passo que a autonomia e o cuidado em liberdade, tão buscados no cotidiano do cuidado do CAPSad, veio na viabilidade apresentada pelos usuários do serviço. Ao se depararem com a radicalização de seus dramas, se colocaram como agentes de ação em suas condições no território que ocupam, mostrando que “ocupar é tornar o lugar capaz”⁵.

Beatriz Brandão é pós doutoranda em Sociologia pela USP, doutora em Ciências Sociais pela PUC-RIO, mestre em Ciências Sociais pela UERJ e pesquisadora do IPEA na pesquisa nacional sobre metodologias de cuidado a usuários problemáticos de drogas.

Tempos de viralizações: reflexões temporárias

Por João Felipe Gonçalves



"A ruptura como retorno na pandemia". Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/55872851614686793/>

Legenda acessível: Meme com um homem de terno, sentado, e escrito em inglês: "Eu não quero me gabar mas, esse é tipo o décimo fim do mundo ao qual eu sobrevivi"

Para muita gente, em diferentes lugares do mundo, falar da Covid-19 significa falar de tempo. A atual pandemia tornou a temporalidade assunto privilegiado, a nível global, daquilo que Akhil Gupta (1995) chamou de “cultura pública”: a cultura compartilhada através de meios de comunicação em massa, na qual a internet e as redes sociais desempenham um papel cada vez maior. Dois tipos principais de formulações

⁵ Autoria desconhecida.

explícitas sobre a relação entre tempo e pandemia parecem dominar a cultura pública global: um salienta um tempo dilatado e indiferenciado, e outro um tempo de ruptura e mudança.

O primeiro tipo se refere sobretudo ao tempo vivido em quarentena, que é apresentado como abundante e uniforme. Numerosos memes sobre atividades esdrúxulas atribuídas a sujeitos fechados em casa disseminam a imagem de algo totalmente anômalo no capitalismo avançado: tempo livre de sobra. Já nas frequentes recomendações na imprensa e na internet sobre como usar esse tempo, percebe-se o medo de que isolamento gere uma temporalidade homogênea na qual “se troca a noite pelo dia” e “todos os dias são iguais”. Esse temor parece confirmar o argumento de Émile Durkheim de que são os movimentos regulares de concentração e dispersão social que geram a diferenciação temporal.

Se esse primeiro tipo de temporalidade diz respeito a um tempo experimentado, o segundo se refere a um tempo histórico. Em editoriais de jornais, discursos de chefes de estado, reportagens televisivas, entrevistas de historiadores, pronunciamentos de ex-ministros, textos de filósofos, comerciais de bancos, entre outros meios, aparece repetidamente a visão de que a atual pandemia significa uma grande ruptura histórica. Isso vem em diversas formulações: “tudo mudou”; “nada será como antes”; “temos um antes e um depois”; “um mundo diferente”; “o novo normal”. De modo mais dramático, a pandemia atual é às vezes apresentada – e nem sempre jocosamente – como uma ruptura escatológica, ou seja, como o fim do mundo.

A predominância do tema da “pandemia como ruptura” na cultura pública global atual não é de se surpreender. Como demonstrou Reinhart Koselleck (2004), a própria ideia moderna e ocidental de história – que, para bem ou para mal, tem uma presença privilegiada naquela cultura pública – é baseada na valorização cognitiva e normativa da ruptura em detrimento da continuidade e da repetição. A mudança e a novidade são tipicamente vistas no mundo contemporâneo não apenas como algo desejável – reivindicado por direitas e por esquerdas – mas também como a regra, o normal, o esperável. Os que vivemos no sistema capitalista estamos treinados para ver mudanças em toda parte, a toda hora. Quando afirmaram que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, Marx e Engels não apenas descreviam o capitalismo, como também expressavam um dos principais pressupostos culturais desse sistema.

Mas, a meu ver, a pandemia da Covid-19 estimula também duas outras temporalidades que, justamente devido a essa valorização da ruptura, são muito menos tematizadas explicitamente na cultura pública global atual. É para elas que quero chamar a atenção no resto deste ensaio.

A primeira delas diz respeito a retornos e repetições. Seu exemplo mais óbvio é a ansiedade pela “volta à normalidade” – manifesta tanto no desespero neoliberal por “reabrir a economia” quanto no esperançoso credo de que “a vida vai voltar ao normal”. Um outro retorno que marca a cultura pública de hoje é o da natureza: proliferam e celebram-se imagens de alegres golfinhos em Istambul, belos céus em São Paulo e

límpidas águas na Baía de Manila. De forma menos bucólica, especialistas esmiúçam semelhanças entre a atual pandemia e tragédias passadas, como a Peste Negra e a gripe espanhola. Nas redes sociais, muitos usuários comentam que a quarentena lhes tem permitido e estimulado a remexer velhas fotografias e velhos objetos, que propiciam ataques de nostalgia compartilhados online. Futuros do passado também estão voltando, como nos memes que asseguram que o presente está cumprindo antigas profecias dos Simpsons e de filmes-catástrofe. Isso ainda exemplifica outro notável retorno: o de produtos mediáticos passados. Enquanto o Google ilustra suas páginas com velhos *doodles*, a televisão transmite reprises de telenovelas e eventos esportivos. Mesmo o fim do mundo, geralmente entendido como uma ruptura, é para alguns também um retorno: o de Jesus Cristo ou algum outro Messias.

Esses exemplos demonstram que a pandemia da Covid-19 tem suscitado na cultura pública, também uma temporalidade de repetições – que, segundo Edmund Leach (1961), é uma das formas elementares de representação cultural do tempo. A diferença entre essa temporalidade e as que salientei acima – a do tempo abundante e a da ruptura – é que tais variados retornos são raramente tematizados na cultura pública atual como uma forma temporal. Precisamente por causa da valorização da ruptura e da novidade, a temporalidade dos retornos é menos proclamada e menos desejada. Mas não é menos real.

A ênfase predominante na ruptura também esconde o outro tipo de temporalidade que quero destacar neste ensaio: a aceleração e generalização de tendências e processos anteriores. Para usar uma metáfora em si mesma viralizada, chamo essa temporalidade, que combina continuidade com potencialização, de “tempo de viralizações”.

Alguns dos fenômenos comum e estridentemente lidos como grandes mudanças, por exemplo, são antes sinais do crescimento e da proliferação de elementos do cotidiano da classe média pré-pandemia: compras online, namoros online, séries online, reuniões online, notícias falsas online, comida entregue em casa, filmes assistidos em casa, teletrabalho em casa, etc. Não há nada de realmente novo nisso; há, sim, uma multiplicação rápida – ou seja, uma viralização – de sintomas anteriores. O mesmo pode ser dito do terrível viés racial e de classe da Covid-19. As mortes desproporcionais de negros e pobres na pandemia – bem como os concomitantes processos de acelerada precarização do trabalho e de multiplicação de casos de violência contra mulheres – não representam nenhuma ruptura: assinalam apenas a persistência e o incremento de velhas desigualdades e atrocidades.

Outra grande viralização atual é a de fronteiras. Como argumenta Paul Preciado (2020), a pandemia não apenas fortaleceu as fronteiras nacionais, como transformou em fronteiras as paredes de casas e apartamentos, e as próprias epidermes de milhões de pessoas. Muitos processos dentro das fronteiras nacionais também foram acelerados e potencializados pela pandemia: a política de atirar-para-matar nas Filipinas; o pânico moral e a violência islamofóbica na Índia; a ofensiva autoritária e xenófoba na

Hungria; o populismo neoliberal e o anticientificismo nas Américas. Esses exemplos de governos terrivelmente direitistas indicam algo que os transcende: na pandemia também se viralizam a biopolítica, a necropolítica e o antigo poder soberano dos estados-nação. Como antes, mas de forma potencializada, ser cidadão (ou súdito) de uma ou outra comunidade imaginada influencia fortemente a vida e a morte, a saúde e a doença das pessoas – mesmo neste mundo de pragas globais.

João Felipe Gonçalves é professor-doutor no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, e coordenador do Grupo de Antropologia do Caribe Global (CANIBAL).

Referências bibliográficas:

GUPTA, Akhil. Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State. *American Ethnologist*, v. 22, n. 2 p. 375-402, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

LEACH, Edmund. Two Essays Concerning the Symbolic Representation of Time. In: _____ . *Rethinking Anthropology*. London: The Athlone Press, University of London, 1961. p. 124-136.

PRECIADO, Paul. Aprendiendo del virus. *El País*, 28 de março de 2020. Disponível em https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html, consultado a 05 de maio de 2020.

Estes textos são parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e

da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

